

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CENTRO DE TECNOLOGIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ana Cândida Escandiel Jordani Barth

**A SUCESSÃO DA SUSTENTABILIDADE: JOVENS RURAIS E O  
LEGADO DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL**

Encantado, RS  
2018

**Ana Cândida Escandiel Jordani Barth**

**A SUCESSÃO DA SUSTENTABILIDADE: JOVENS RURAIS E O LEGADO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Ambiental (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Educação Ambiental.**

Orientador: Clayton Hillig

Encantado, RS  
2018

**Ana Cândida Escandiel Jordani Barth**

**A SUCESSÃO DA SUSTENTABILIDADE: JOVENS RURAIS E O LEGADO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Ambiental (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Educação Ambiental**.

**Aprovado em 24 de novembro de 2018:**

---

**Clayton Hillig, Dr. (UFSM)**

(Presidente/Orientador)

---

**Isis Samara Ruschel Pasquali, Dr. (UFSM)**

---

**Filipe Fagan Donato, Dr. (UFSM)**

Encantado, RS  
2018

## DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, pela força que a sua existência soma à minha, agregando coragem, persistência e ânimo para a boa luta. É por vocês, Felipe e Vicente, que sonho e acredito que o mundo possa ser melhor.

## AGRADECIMENTOS

Aos professores e tutores do Curso de Especialização em Educação Ambiental a Distância da Universidade Federal de Santa Maria, pela solicitude e compreensão durante todas as etapas do Curso.

Ao meu marido, Guilherme, grande companheiro e apoiador nessa e em todas as outras jornadas. Nos melhores e piores momentos, a mão que segura a minha. Aos nossos filhos, que, desde muito pequenos, nos fortalecem para todas as lutas e nos incentivam, pelo amor, a buscar o crescimento enquanto seres humanos.

Ao meu pai, que sempre me incentivou a buscar toda a qualificação necessária para entender o mundo e me entender no mundo.

A minha mãe e meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, pela união, força e coragem, por sabermos amparar uns aos outros sempre. Ao meu irmão Régis, (*in memoriam*) que mesmo convalescente, foi força e inspiração para que eu não desistisse do curso, durante a provação mais difícil que passamos juntos. Hoje ele faz parte de tudo o que nos rodeia, e das minhas melhores lembranças.

Aos e às colegas de trabalho do Escritório Municipal da Emater de Teutônia, que apoiaram, incentivaram, colaboraram com conhecimento técnico, metodológico e com todo o suporte e compreensão necessários durante a realização deste Curso de Especialização.

Aos agricultores e agricultoras do município de Teutônia, especialmente os jovens, que acreditam na força de seu trabalho e fazem dele luta e resistência. Estaremos juntos!

## RESUMO

### A SUCESSÃO DA SUSTENTABILIDADE: JOVENS RURAIS E O LEGADO DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL

AUTORA: Ana Cândida Escandiel Jordani Barth

ORIENTADOR: Clayton Hillig

Este trabalho apresenta uma investigação sobre a percepção da juventude rural acerca das questões socioambientais. Ao relacionar as temáticas juventude rural, sucessão na agricultura familiar e sustentabilidade ambiental, busca-se verificar a existência de uma percepção e de um preparo, entre os jovens, para serem protagonistas da sucessão socioambiental na agricultura familiar. A pesquisa apresenta os casos de quatro jovens agricultores familiares que estão consolidando a sucessão nas propriedades de suas famílias, cujas práticas agrícolas observam noções de sustentabilidade ambiental. Os dados foram coletados por meio de entrevistas realizadas durante visitas às propriedades das famílias, nos meses de outubro e novembro de 2018. Para a realização deste trabalho, foram abordados referenciais teóricos pertinentes ao assunto, que, dialogando com a análise dos dados coletados através das entrevistas, possibilitaram o conhecimento acerca do tema proposto. Os resultados obtidos levam a crer que os jovens rurais que atualmente protagonizam a agricultura familiar, através da sucessão na propriedade paterna, buscam um rural com estabilidade de renda, qualidade de vida, autonomia e poder de decisão, e valorização da profissão de agricultor. Percebem a necessidade da preservação ambiental e da adequação no manejo dos recursos naturais, nas atividades produtivas e demais ações realizadas na propriedade, à legislação ambiental, considerada por eles uma ferramenta fundamental para garantir o equilíbrio do meio ambiente. Ressalta-se a necessidade de aprofundamento dessas percepções através de estudos com maior abrangência, e que estes venham a subsidiar o planejamento de ações mais efetivas de educação ambiental voltada para o desenvolvimento rural. Conclui-se que as novas gerações de agricultores e agricultoras familiares do Município de Teutônia refletem, em suas práticas e estilo de vida, as influências, ensinamentos e a cultura que lhes foram transmitidas no processo sucessório. No entanto, estão abertos e suscetíveis à busca por informação e conhecimento para reinventar as suas práticas quando a mudança for necessária. A educação ambiental revelou-se, nesta pesquisa, como a peça fundamental na mediação entre a tradição e a ciência no meio rural, podendo se estender para outras localidades e outros sucessores.

**Palavras-chave:** Juventude rural. Agricultura familiar. Sustentabilidade

## ABSTRACT

### THE SUCCESSION OF SUSTAINABILITY: RURAL YOUTH AND THE LEGACY OF SUSTAINABLE FAMILY AGRICULTURE

AUTHOR: Ana Cândida Escandiel Jordani Barth

ADVISOR: Clayton Hillig

This labor presents a investigation about a perception of the rural youth about socio-environmental issues. By relating the themes rural youth, succession in family agriculture and environmental sustainability, pursuits verify the existence of a perception and a prepare, among young people, to be protagonists of succession socio-environment on the family agriculture. The research presents cases of four young family farmers that are consolidating the sucession on their families' properties, whose agricultural practices notions of environmental sustainability are observed. The datas were coleted through the interviews realized during visits to the properties of the families, in the months of October and November 2018. For the accomplishment this labor were addressed theoretical references pertinent to the subject, that dialoguing with the analysis of the datas collected through the interviews, made possible the knowledge about the proposed theme. The obtained results lead to believe that the rural young people that currently stars the family farming, through the succession in paternal property, search a stable rural, quality of life, autonomy and power of decision, and appreciation the farmer's profession. Perceive the necessity of the environmental preservation and the management adequacy of the natural resources, in productive activities and other actions carried out in the property, to environmental legislation, considered by them a fundamental implement for guarantee the balance of the environment. Stands out the need for deepening of these perceptions through the studies with greater comprehensiveness, and that come to subsidize the action planning more effective of environment education turned to rural development. Concludes that the new generation of family farmers reflect, in their practices and lifestyle, the influences, teachings, and culture that were transmitted to them in the succession process. However, are open and susceptible on the search for informação e knowledge for reinvent the their practice when change is necessary. The environment education revealed, in this research, as a fundamental piece in the mediation between tradition and the science in rural areas.

**Keywords:** Rural Youth. Family Farming. Environmental Sustainability.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1	OBJETIVOS.....	11
1.1.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	11
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	11
1.2	JUSTIFICATIVA.....	12
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	13
2.1	REFLEXÕES SOBRE O HOMEM E O MEIO AMBIENTE EM UMA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO.....	13
2.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA NOVA FORMA DE OLHAR PARA O MEIO AMBIENTE.....	16
2.3	O DIREITO INTERGERACIONAL SOB A PERSPECTIVA DA SOCIEDADE DE RISCO.....	18
2.4	AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE: AGRICULTURA FAMILIAR E O LEGADO DO MEIO AMBIENTE.....	20
2.5	JOVEM AGRICULTOR FAMILIAR: A SUCESSÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	23
2.6	EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A CIDADANIA AMBIENTAL .....	26
<b>3</b>	<b>MÉTODOS E TÉCNICAS</b> .....	27
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	29
4.1	CONHECENDO OS JOVENS SUCESSORES.....	29
4.2	JUVENTUDE RURAL E A SUCESSÃO DO MEIO AMBIENTE: CONVERSANDO COM OS SUJEITOS.....	30
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	40
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	42

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações sociais advindas da revolução industrial repercutiram amplamente no meio rural trazendo consigo uma proposta de desenvolvimento que não representava as especificidades do rural brasileiro, marcado por novas tecnologias, inovações, desconsiderando a realidade local. O novo cenário tecnológico influenciou os meios de produção e reprodução da agricultura familiar. Atualmente percebe-se consequências indesejáveis de uma revolução que provocou a degradação dos recursos naturais, a descaracterização e o empobrecimento do meio rural, a perda da biodiversidade, o êxodo rural, especialmente com a saída dos jovens do campo.

Como contraponto positivo, as novas tecnologias, em outros setores, possibilitaram a expansão e otimização dos meios de comunicação, inclusive para o meio rural. O acesso à informação, através de fontes seguras e confiáveis, aprimora a capacidade de julgamento e o poder de fazer escolhas conscientes e bem fundamentadas. Em termos de confiabilidade da informação e aprimoramento do senso crítico, a educação formal, ou seja, a escola, é o ambiente privilegiado.

Caporal 1997 compartilha a crença de que:

Por razões históricas, felizmente, coube as atuais gerações o (re)descobrimto da importância das relações entre a sociedade e o meio ambiente, além da construção de uma nova consciência com respeito à vida neste planeta de recursos limitados. Talvez mais do que tudo, destaca-se a capacidade que a sociedade vem tendo para dotar-se de um espírito crítico frente aos modelos de desenvolvimento impostos ideologicamente. (CAPORAL, 1997, p. 3)

Portanto, essa pesquisa propõe-se a dialogar com as pessoas que têm o potencial de operar transformações que poderão repercutir positivamente para as gerações futuras; a juventude rural encontra-se em um tempo de escolha, que pode ser pela perpetuação sem questionamento a um modelo familiar, seja ele de destruição ou de preservação, ou a quebra de paradigmas para a busca da inovação, de transformações, de protagonismo. O diálogo que ora se propõe, pretende identificar as percepções, posturas e valores relacionados ao meio ambiente que orientam esses jovens agricultores, bem como a origem e qualidade

das informações que fundamentam tais posturas. Além disso, pretende-se analisar se há vinculação entre o conhecimento teórico, quando presente, e as práticas agrícolas e demais atividades rotineiras desses jovens em suas vivências rurais.

Recentemente, a crise no setor leiteiro, cujas consequências sintetizam-se no aumento do custo de produção e redução do preço recebido pelo produtor, trouxe à tona o questionamento ao modelo de agricultura desenvolvido no município, que privilegia a integração na produção de leite, suínos e aves; o modelo, que requer altos investimentos, nem sempre privilegia os mais jovens. Muitas famílias acabaram desistindo da produção de leite, vendendo o rebanho e procurando novas possibilidades. Entre os jovens, percebeu-se um despertar para a busca de outras atividades e alternativas para superar a crise; obviamente, a busca de soluções para a crise financeira ameaça a permanência desses jovens na propriedade, especialmente em um município que observa uma esmagadora expansão do urbano sobre o rural, inclusive em termos de oferta de postos de trabalho.

Muito pertinente a fala de Carneiro (1997), quando afirma, a respeito da juventude rural:

Invisível para a maioria das pesquisas acadêmicas e projetos de desenvolvimento voltados para o mundo rural, essa categoria imprecisa, variável, construída socialmente, vem, aos poucos, chamando a atenção de analistas das questões rurais. No contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura. [...] Assim, poderíamos dizer, a grosso modo, que o jovem é aquele indivíduo que se encontraria em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização. (CARNEIRO, 1997, p. 97).

Quando um jovem decide permanecer no meio rural, possibilita a permanência de toda a história e a tradição da sua propriedade e das famílias nela que se sucederam. Dessa forma, acredita-se que a sucessão rural é a perpetuação e sobrevivência de um estilo de vida mais próximo do ideal de sustentabilidade, pois, apesar de todas as recentes transformações ocorridas na agricultura, as famílias rurais mantêm formas particulares de se relacionar com o meio ambiente, relegando um papel fundamental à natureza na vida das pessoas; mesmo quando não têm expressivo domínio teórico, as pessoas do campo, em sua maioria, preservam

hábitos e costumes que denotam uma convivência harmônica com o meio ambiente: interpretam os sinais da natureza, manejando os recursos pensando em preservá-los; preservam e armazenam mudas e sementes crioulas, cultivam espécies nativas, observam e cuidam os animais (e até de si próprias) utilizando os poderes curativos das plantas.

Por todo o exposto, a presente pesquisa considera a juventude rural como sucessora socioambiental, e pretende investigar: Qual a percepção dos jovens sucessores da agricultura familiar acerca da relação entre agricultura e meio ambiente? De que forma percebem a responsabilidade que lhes cabe com as questões de sustentabilidade e preservação ambiental?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Investigar o entendimento e a percepção dos jovens sucessores rurais quanto à relação entre agricultura e as questões ambientais e a sua responsabilidade enquanto sucessores da sustentabilidade.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Verificar a existência da percepção sobre os riscos ambientais e sobre a responsabilidade com a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

- Verificar a existência ou não do comprometimento com a preservação dos recursos naturais durante a transmissão dos saberes e práticas agrícolas entre as gerações de agricultores familiares.

- Identificar influências da educação ambiental formal e informal entre jovens agricultores e a manifestação de tais influências em sua relação com o meio ambiente.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O homem, em sua busca incessante e desenfreada por mais alimentos, mais aporte de tecnologias e progresso material, em função de uma explosão demográfica descontrolada, vem colocando seus anseios imediatistas em primeiro plano, esquecendo-se que, bem abaixo de seus pés, encontra-se o maior e mais valioso bem material, essencial e imprescindível à sobrevivência humana no planeta. O Brasil é um país de dimensões continentais, com o maior potencial de recursos naturais renováveis do globo terrestre. Tem vocação inquestionável para ser o celeiro do mundo. É urgente, portanto, a preocupação pelo uso racional e sustentável desses recursos, e imprescindível uma ação enérgica e contínua para mudar radicalmente o padrão de desenvolvimento atual.

Nessa perspectiva, a compreensão da relação do homem com a natureza nas sociedades modernas é de suma importância para entender a evolução da problemática ambiental, bem como das iniciativas em busca de amenizá-la. Até a revolução industrial, a percepção da natureza como dádiva do homem e disponível para seu usufruto indiscriminado era suportável. Com a Revolução industrial, vieram as primeiras grandes crises ambientais. A degradação ambiental, portanto, é a consequência inevitável da concepção de natureza que acompanhou a evolução das sociedades modernas. A partir das reações às crises ambientais e às consequências do novo padrão de desenvolvimento, emerge a preocupação com o futuro do meio ambiente. Surge a ideia de sustentabilidade como uma forma de consumo e de apropriação dos recursos naturais que não levem a tamanha degradação ambiental.

Ao compreender minimamente o contexto histórico em que se insere a agricultura familiar em nosso estado, percebe-se que alguns movimentos prestaram um enorme desserviço às questões sócio-ambientais. Os efeitos destes movimentos estão sendo atualmente sentidos. Degradação dos recursos ambientais, êxodo rural, falta de sucessão na agricultura familiar, são algumas das consequências do modelo insustentável implementado algumas décadas atrás.

Construir possibilidades e caminhos para o enfrentamento e reversão desse quadro viabiliza a sobrevivência de um modelo que é fundamental à produção mundial de alimentos, à manutenção dos recursos naturais e das necessidades sociais das famílias e comunidades rurais. Portanto, essa pesquisa dedicou-se a olhar para a juventude rural que hoje protagoniza processos de sucessão rural, com

maior atenção e esperança, procurando entender a sua relação com a natureza e o meio ambiente e a sua compreensão acerca do seu papel na manutenção do equilíbrio ambiental.

Sob o prisma da educação ambiental, buscamos identificar percepções, posicionamentos, domínio técnico de conceitos, sobrevivência de conhecimentos tradicionais, e o reflexo, nessa geração de jovens que se consolidam enquanto trabalhadores rurais, da sensibilização para a cidadania ambiental, fruto que se espera colher após quase quatro décadas da Criação da Política Nacional do Meio Ambiente.

A Educação Ambiental torna-se verdadeira a partir do momento em que gera produtos que alterem o conhecimento, as percepções, as concepções, as práticas e as atitudes das pessoas acerca de um determinado tema ou situação. Ou seja, deve mostrar e fazer o homem se sentir parte integrante do meio ambiente como um todo, sendo ele uma peça chave em todo o processo de equilíbrio ambiental. A intenção genuína de fazer educação ambiental com a juventude rural justifica o presente trabalho.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Este capítulo apresenta os conceitos e reflexões teóricas que darão suporte à pesquisa a ser desenvolvida. Para organizar e estruturar a apresentação das diferentes temáticas, a seção foi dividida em tópicos.

### **2.1 REFLEXÕES SOBRE O HOMEM E O MEIO AMBIENTE EM UMA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO**

Jungs (2004 apud Giongo 2010 p. 87) ao discutir o tratamento das gerações de direitos humanos e o lugar que o direito ao meio ambiente e qualidade de vida ocupa nelas, analisa as características do indivíduo e da sociedade contemporânea, marcada pela complexidade. Do total equilíbrio e dependência do ser humano com a natureza no período paleolítico passou-se a um gradativo distanciamento iniciado com a revolução agrícola no neolítico, chegando-se ao seu auge na Revolução Industrial, iniciada no século XVIII. Segundo a autora do artigo, passou-se do gerenciamento e domesticação dos processos naturais, para defender-se da

inclemência da natureza e construir um hábitat humano em harmonia com o sistema natural, ao total controle e domínio sobre os recursos naturais, através do desenvolvimento do método científico e da difusão das tecnologias, dando origem à civilização industrial.

A civilização industrial provocou alterações na sociedade. Tais transformações podem ser expressas por meio da acentuação do dualismo ser humano e natureza; da exploração dos recursos naturais para atender às crescentes necessidades humanas; do desenvolvimento de tecnologias com impacto sobre o ambiente; do uso e exploração de novas fontes de energia; e através do aumento exponencial da população e da complexidade dos sistemas sociais pelo surgimento de classes sociais e pelo desaparecimento de modos alternativos de vida devido à massificação cultural (JUNGS, 2004, apud GIONGO 2010 p. 88).

Seguindo o raciocínio de Giongo (2010 p. 79), observa-se o conceito de ditadura do instantâneo (GAUER 2010, apud GIONGO 2010), em que a dinâmica social impõe ao indivíduo uma busca incessante pela felicidade e pelo desejo, sem qualquer ideal de abnegação, buscando a satisfação de forma imediata, sendo que uma delonga na obtenção desses ideais traz sofrimentos insuportáveis.

“Valores mercadológicos, competitividade acirrada, desvalorização das relações interpessoais em prol das relações on-line são traços de uma veloz realidade que se sobrepõe às relações intersubjetivas e aos valores éticos de humanização, respeito e solidariedade, o que influencia de forma direta a promoção da qualidade de vida.” (...). (GAUER 2010, apud GIONGO 2010, p. 79)

Neste sentido observa-se o acirramento da discussão em torno das relações entre o homem e o meio ambiental em que está inserido e que condiciona a sua existência. Na plurissecular tensão entre natureza e sociedade, verificam-se expressas contradições quando as novas tecnologias coincidem com o domínio e a exploração sem limites da natureza como forma mais significativa de desenvolvimento (PEREZ LUÑO, 1991, apud GIONGO 2010, p. 81).

Rocha (1997 apud GIONGO 2019) ensina que, “o termo meio ambiente deriva do latim *ambiens* e *entis*, podendo ser entendido como aquilo que rodeia”. Em verdade, a expressão “meio ambiente” constitui um pleonasma, pois meio e ambiente possuem um mesmo significado: lugar, recinto, espaço onde se desenvolvem as atividades humanas e a vida dos animais e vegetais. Porém, trata-

se de expressão consagrada, inclusive constitucionalmente, razão pela qual se permanecerá com ela neste estudo.

Rocha (1997 apud GIONGO 2019) sustenta que, academicamente, o meio ambiente tem sido compreendido como um conjunto em um dado momento de agentes físicos, químicos, biológicos, e dos fatores sociais susceptíveis de terem efeito direto ou indireto, imediato ou a termo, sobre os seres vivos e as atividades humanas. A soma das condições externas e influências que afetam a vida, o desenvolvimento e, em última análise, a sobrevivência de um organismo; o ambiente físico-natural e suas sucessivas transformações artificiais, assim como seu desdobramento espacial; [...] todos os fatores [...] que atuam sobre um indivíduo, uma população ou uma comunidade.

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n. 6.938/81, conceitua meio ambiente, em seu inciso I do artigo 3º, como “um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981 art. 3º). Segundo GIONGO (2010), a terminologia consagrou-se em definitivo na Constituição Federal Brasileira em 1988, que se referiu em diversos dispositivos ao meio ambiente, atribuindo-lhe o sentido mais abrangente possível, refletindo as preocupações da sociedade internacional com a viabilidade da vida no planeta; tal ordenamento constitucional “alçou o meio ambiente, enquanto bem essencial à sadia qualidade de vida, a direito fundamental, tanto para as presentes como para as futuras gerações, nos termos de seu artigo 225, caput, que assim dispõe: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, art.225).

Essa perspectiva coloca a proteção ambiental como uma condição para o cumprimento dos direitos humanos, uma vez que, na ocorrência de danos ao meio ambiente, outros direitos fundamentais do homem são infringidos, como o direito à vida, à saúde, ao bem-estar. “Assim, os direitos humanos e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado estão interligados, pois a luta pela proteção do meio ambiente acaba se identificando em grande parte com a luta pela proteção dos direitos humanos” (GIONGO 2010).

## 2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA NOVA FORMA DE OLHAR PARA O MEIO AMBIENTE

Prosseguindo com o objetivo de delinear um entendimento acerca dos conceitos que irão nortear essa pesquisa, remonta-se a década de 1960, com a emergência do movimento ambientalista, acrescido do choque do petróleo, nos anos 1970, cenário em que emergem os temas da depleção dos recursos naturais de uso comum, das opções alternativas de geração de energia e da pobreza em escala global.

“Esse cenário impulsionou a crítica aos modelos de desenvolvimento econômico até então vigentes, apontando para uma incompatibilidade congênita entre os processos convencionais de crescimento econômico e a garantia de sobrevivência da espécie humana a grande prazo (FERNANDEZ, 2011).

Ainda na década de 1970, começou-se a discutir um modelo de desenvolvimento que harmonizasse as relações econômicas com o bem-estar das sociedades e a gestão racional e responsável dos recursos naturais que Sachs (1986) denominou ecodesenvolvimento.

Em 1983, sob a presidência da primeira ministra norueguesa Gro Brudtland, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e, em 1987, a comissão publicou *Nosso Futuro Comum*, que ficou conhecido também como Relatório Brudtland. A partir desse relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado em substituição à expressão ecodesenvolvimento e constituiu a base para a reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais.

FERNANDEZ (2011) emprega os conceitos de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável como sinônimos, apontando cinco dimensões interconectadas de sustentabilidade: Social, voltada para a redução da pobreza e para a organização social; econômica, relativa à manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas; ecológica, relacionada à preservação dos recursos naturais enquanto base da biodiversidade; espacial, voltada para uma configuração rural - urbana equilibrada; e cultural, referente ao respeito pelas especificidades culturais, identidades e tradições das comunidades locais.

Hauwermeiren, (1998, apud Fernandez 2011 p. 117), explica que o surgimento dos conceitos de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável está na raiz do campo teórico híbrido que veio a se constituir como a Economia Ecológica, de modo que esta passa a ser definida por alguns teóricos como a ciência da “gestão da sustentabilidade”.

Portanto, a Economia Ecológica propõe alternativa às linhas de pensamento econômico até então difundidas, dando outra perspectiva à relação entre os componentes humano e ambiental do planeta. Surgiu da crescente percepção de que o sistema ecológico de sustentação da vida encontra-se cada vez mais ameaçado. Há um enfrentamento constante entre natureza e sociedade, meio ambiente e economia, com incertezas, percalços, urgências e novas fronteiras. Conflitos surgem desafiando a tendência à valoração puramente monetária de situações essenciais para a vida humana. Nesta nova perspectiva, a Economia Ecológica vê a economia humana como parte, ou subsistema, do todo maior que é a natureza, estando, portanto, a ela submetido de alguma forma, como fonte de matérias primas e depósito para resíduos.

O paradigma de desenvolvimento tradicional, com uma visão utilitarista e antropocêntrica, vê o meio ambiente como um recurso útil ao mercado, que pode ser infinitamente explorado e sua degradação se justifica pelas necessidades impostas pelo sistema econômico. Este modelo de desenvolvimento culminou na atual crise ambiental e agravamento da sociedade de risco. Assim, segundo Constanza (1991, p 47) a Economia Ecológica propõe uma análise com base na interdependência entre o ambiente natural e o sistema econômico, evitando extremismos, utilizando os recursos renováveis em uma taxa que não exceda a sua capacidade de regeneração, manejando com prudência os recursos não renováveis, a uma taxa não superior à sua substituição por recursos renováveis, observando que a quantidade de resíduos gerada não extrapole a capacidade de suporte do meio ambiente e conserve-se a diversidade biológica.

A perspectiva da Economia Ecológica é de que existirá uma escala máxima sustentável do sistema econômico com respeito ao ecossistema, escala essa a ser determinada pela comparação de benefícios econômicos com custos ambientais marginais - como se faz no caso do equilíbrio da firma. Ao se acionar a economia, de fato, não se pode ignorar que a depreciação dos ativos naturais (capital natural) é real. Quer dizer, existem custos de oportunidade ecológicos. Aumentar a produção

econômica implica sacrifício de recursos, tais como florestas, solo, água, ar, biodiversidade, estabilidade climática etc. Ter noção desse problema leva à necessidade da visão ecológica da economia (FERNANDEZ, 2011).

### 2.3 O DIREITO INTERGERACIONAL SOB A PERSPECTIVA DA SOCIEDADE DE RISCO.

A humanidade possui limites para a expansão das suas atividades, os limites do próprio planeta. A sucessiva ocorrência de impactos ambientais decorrentes da ação humana com frequência provoca a irreversibilidade de certas situações de degradação e a manifestação de seus efeitos em longo prazo. A extensão das consequências que se relacionam aos empreendimentos humanos (da biosfera às gerações futuras) trouxeram novamente para o primeiro plano a questão da responsabilidade- e, portanto da ética – para o campo da Economia. “Trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver” (SACHS, 1981 apud por FERNANDEZ 2011, p. 118).

Trata-se, aqui, do “princípio da responsabilidade” (*Das Prinzip Verantwortung* – JONAS, 1979), ou seja: nosso dever e responsabilidade com relação à natureza, à vida e ao futuro das próximas gerações sobre a terra. Essa responsabilidade não se restringe à esfera do sujeito individual; seu verdadeiro destinatário é a *práxis* coletiva. A preocupação primordial de Jonas diz respeito aos efeitos remotos, cumulativos e irreversíveis das ações da sociedade techno-científica-industrial sobre a natureza e sobre o próprio homem (FERNANDEZ, 2011, p. 118- 119).

O direito intergeracional, está referido no Art. 225 da Constituição Federal Brasileira. Ao fazer referência às gerações presentes e futuras, o legislador constitucional introduz o desenvolvimento sustentável como princípio norteador para as atividades humanas produtivas ou econômicas. Atender as necessidades do presente sem esquecer que as gerações futuras também precisam ter assegurado o direito de atender as suas necessidades, ou seja, devem receber o planeta em condições para que possam usufruir das possibilidades de uso dos recursos naturais para a satisfação das suas necessidades.

Além de uma gestão racional dos recursos naturais, a noção de sustentabilidade impõe refletir sobre o legado a ser transmitido às gerações futuras. Este não se limitaria a um patrimônio natural de qualidade, mas, principalmente permitir a possibilidade de escolha das gerações futuras, ou seja, a não criação de situações irreversíveis. (SMOUTS, 2008, apud MARQUES 2012, p. 39).

O princípio da equidade intergeracional prevê que o homem teria o dever e a responsabilidade para com o futuro, estando, portanto, vinculado ao princípio da precaução, instrumento de projeção temporal no que concerne às variáveis envolvidas nas atividades potencialmente degradadoras (MARQUES 2012, p. 39).

De acordo com a teoria de Ulrich Beck (BECK, 2011), vivemos na “sociedade de risco”, e, de tempos em tempos, nos deparamos com desastres que trazem essa realidade à tona. Os desastres são produzidos através da combinação de fenômenos naturais perigosos e situações vulneráveis (ROMERO; MASKREY, 1993,p 04). É a materialização do risco, que se refere à probabilidade de que se manifestem certas ocorrências, às quais estão relacionadas com o grau de exposição aos elementos submetidos apenas à vulnerabilidade desses elementos a ser afetada pelo evento.

A sociedade de risco é uma consequência direta da reconfiguração da relação do homem com a natureza. Há uma fusão entre o que é natural e o que é social, de forma que o homem apropria-se do ambiente e o modifica, não havendo mais limites claros entre o que é natural e o que é social, e os riscos surgem dessa relação, são um produto do próprio desenvolvimento da ciência e da técnica, “são riscos cujas consequências, em geral de alta gravidade, são desconhecidas em longo prazo e não podem ser avaliadas com precisão”(GUIVANT, 2016)

Giddens (1991) identifica quatro fontes de crise nas quais enfrentamos estes riscos. A primeira delas diz respeito mais diretamente às questões ambientais: o impacto do desenvolvimento social moderno sobre os ecossistemas mundiais. A forma de desenvolvimento à qual estamos submetidos é geradora de riscos incalculáveis, imprevisíveis, e, possivelmente, irreversíveis,

De acordo com Artigas (2016)

“vivemos em uma 'sociedade de risco', que nos impõe uma nova responsabilidade, não só no sentido de reparação por um dano que ocorreu, e, sim, uma responsabilidade ética da humanidade pelos riscos abstratos e incertos que o desenvolvimento econômico vigente pode vir a causar aos recursos naturais e ao meio ambiente como um todo.”

A análise de risco ambiental, portanto, deve ser feita a partir de uma visão que transcende a aplicação da responsabilidade ambiental, pois se encontra na esfera da decisão da sociedade quanto à necessidade ou não de uma atividade econômica que possa ocasionar danos de tal dimensão.

#### 2.4 AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE: AGRICULTURA FAMILIAR E O LEGADO DO MEIO AMBIENTE

O Artigo 225 da Constituição Federal diz que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Neste sentido, Mallmann et al (2013) afirma que a visão de que a natureza deve servir ao homem não justifica o desenvolvimento a qualquer custo. Em uma perspectiva de preservação dos recursos naturais, qualquer ocupação ou uso antrópico deve ser sustentável, ou seja, deverá ocorrer sem a destruição dos recursos naturais, possibilitando que as necessidades das gerações atuais e futuras sejam atendidas.

A busca por maior produção de alimentos e bens de consumo do setor primário, sem a utilização de práticas conservacionistas, desde as mais simples até as mais sofisticadas, sempre resulta no empobrecimento do solo e devastação dos ecossistemas.

De acordo com Feldens (1989), a agricultura nos dias de hoje encontra-se polarizada em dois sistemas opostos, duas formas antagônicas de buscar alimentos no solo e na natureza. Segundo este autor, estas diferenças fundam-se na forma como o homem se posiciona diante do universo: sendo parte integrante da natureza, ou se colocando ao lado como observador e senhor de uma situação que poderá alterar, agredir, manipular.

ou se busca um projeto para os ecossistemas naturais onde se busca um sistema integrado homem X natureza – processo esse evolutivo e baseado na renovação cíclica- ou se busca os tradicionais sistemas hoje tão em voga no mundo ocidental: que desperdiça energia, mecaniza intensivamente e destrói a estrutura e qualidade do solo, a exemplo das empresas agrícolas ocidentais desenvolvidas que praticam o pastoreio ou o cultivo itinerante, fazendo desertos onde antes eram florestas, conforme o cultivo de grãos no

mundo subdesenvolvido, um roteiro linear e destrutivo". (FELDENS, 1989, p. 6)

O modelo tradicional, considerado, durante muitos anos, como a única via possível, difundia a ideia de que o desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico, permanente e ilimitado, e que as sociedades "atrasadas" deveriam superar etapas, deixando para trás as velhas tradições, incorporando, paulatinamente, os ícones e ensinamentos da modernização (CAPORAL & COSTA BEBER, 2002 p. 11). Desta forma, a busca pelo progresso levou ao consumo voraz de recursos naturais não renováveis. O modelo de agricultura incentivado no modelo desenvolvimentista significou rompimento com as tradições e conhecimentos dos agricultores, substituindo-os por tecnologias genéricas, importadas, não contextualizadas. "A natureza, nesta lógica, passou a ser vista simplesmente como um conjunto de recursos a ser consumidos pelo homem ou mesmo como um depósito de dejetos e resíduos químicos usados nos processos produtivos" (CAPORAL & COSTA BEBER, 2002, p. 12).

Um dos ícones deste modelo, a Revolução Verde, prometia acabar com a fome no mundo; passadas algumas décadas, percebemos as nefastas consequências desta estratégia de modernização agrícola: melhoria de produção e produtividade, mas à custa de graves problemas sociais, como a diferenciação e exclusão social, empobrecimento e endividamento de agricultores e ampla degradação e devastação dos recursos naturais.

Os pobres do campo são sempre as vítimas, e muitas vezes os agentes, de perturbações ecológicas: cultivam as encostas que deveriam ser deixadas cobertas de árvores, usam agrotóxicos em escala indiscriminada expondo suas próprias vidas, além do conjunto do ciclo biológico. O Estado, a burguesia local e as corporações multinacionais são tão predatórios em relação ao meio ambiente como o são em relação à força de trabalho. (VIOLA, 2016 p3).

Atentos e preocupados com este cenário, setores ligados às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural passaram a desenvolver, nas décadas recentes, novas linhas de trabalho, buscando reverter consequências e propor um modelo de desenvolvimento voltado para a sustentabilidade ambiental, social e econômica da agricultura.

De acordo com Brandenburg (1999)

Para a conversibilidade da agricultura convencional em agricultura alternativa ou sustentável são necessárias duas ordens de fatores: uma de caráter social e político e outra de caráter técnico. Na primeira ordem estaria o “suporte organizacional, que organiza internamente o apoio ao movimento” e, na segunda ordem, estaria o caráter técnico, que se efetiva após estudo da situação de tal maneira que “permita combinar rendimentos econômicos e equilíbrio na gestão de recursos naturais”

Dentro desta perspectiva, é relegado à agricultura familiar importante papel não só na produção de alimentos limpos, seguros, mas na preservação dos recursos naturais, através de práticas agrícolas mais ambientalmente sustentáveis e conservacionistas. A agricultura familiar não é apenas um modelo ou prática econômica, mas uma prática social, um estilo de vida, de organização comunitária, de perpetuação de costumes e tradições. É um espaço privilegiado para entender a relação do homem com a natureza, a vida em simbiose.

De acordo com a Medida Provisória 2.166-67, de 24 de agosto de 2001 (BRASIL, 2001), nos municípios do Rio Grande do Sul a pequena propriedade rural ou posse rural familiar apresenta área de até 30 hectares. No estado do Rio Grande do Sul, assim como em outras regiões do Brasil, a pequena propriedade rural assume importância no sustento de famílias nas áreas rurais e tem importante função ao fornecer alimentos para as áreas urbanizadas. Segundo Viegas (2008), a propriedade rural cumpre com a sua função social quando se torna produtiva sem agredir o meio ambiente. A sua utilização deve ser feita de forma racional e adequada, visando a manutenção do equilíbrio ecológico e a garantia da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar social e econômico dos seus proprietários e daqueles que nela trabalham, bem como de suas famílias.

Considera-se indiscutível o elo entre solo e segurança alimentar; historicamente, solos férteis e produtivos têm sustentado sociedades saudáveis e prósperas. O alimento, que cultivado para fornecer energia, proteínas, minerais e vitaminas, depende diretamente da condição do solo. E a maior parte dos solos do mundo requer algum grau de melhoria para que as culturas alcancem seu pleno potencial de produtividade. É necessária orientação para a adoção de estratégias para superar essa dificuldade. A degradação dos solos ocorre quando eles são negligenciados, resultando em declínio do rendimento de culturas e queda da rentabilidade do agricultor. O cuidado adequado dos recursos do solo permite a produção de uma quantidade maior de alimentos em determinada área de terra,

conservando mais terras para serem utilizadas para outros fins. Esta intensificação sustentável requer cuidadosa aplicação de práticas de manejo e conservação, considerando resultados sociais, ambientais e econômicos equilibrados. (MIKKELSEN 2015)

## 2.5 JOVEM AGRICULTOR FAMILIAR: A SUCESSÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Stropasolas (2003), afirma que no momento atual da sociedade contemporânea, em que o modelo urbano-industrial está sendo questionado, o rural adquire (ainda mais) importância e centralidade enquanto maneira de pensar desenvolvimento, de refletir sobre a sociedade, e as discussões em torno da agricultura familiar – espaço, meio ambiente, desemprego, exclusão, modo de vida, entre outras temáticas, se encontram nas encruzilhadas do rural.

Segundo esse mesmo autor, a agricultura familiar tem sido apontada como protagonista do desenvolvimento rural, devido a análises que lhe atribuem uma situação mais favorável em relação à agricultura patronal, particularmente por sua potencialidade em termos de sustentabilidade e por sua capacidade de gerar emprego e renda no meio rural.

O autor alerta para os perigos de uma visão generalizante de agricultura familiar, que homogeneiza grupos diferenciados dentro de uma mesma concepção analítica, e afirma que reflexos dessa postura, como o recrudescimento de processos de exclusão social de segmentos expressivos da agricultura familiar, a emergência de novos atores sociais e mobilização de diversos grupos sociais rurais, como movimento das mulheres agricultoras e da juventude rural, indicam conflitos e problemas estruturais que começam a atingir a esfera pública.

Da mesma forma, entende-se ser necessário evitar conceitos homogeneizantes ao definir juventude rural. Dias (2017), ao propor o diálogo entre Juventudes Rurais e agroecologia, afirma que pensar a juventude como categoria social, que fortalece construções identitárias, a traz para além de uma classe de idade ou um grupo social que compartilha o mesmo conjunto de experiências históricas e sociais, e propõe que, para fugir de estigmas etários homogeneizadores, a juventude rural seja assumida como uma categoria socialmente contruída, como

apontam Ariès (1978); Bourdieu (1983) e Pais (2003). A partir dessa definição, Groppo (2000 apud NUNES 2017) afirma:

A juventude torna-se, no mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos.

Silva (2017) afirma que é justamente o lugar de onde os jovens olham o mundo que pode diferenciá-los de outros grupos juvenis, e refere Wanderley (2013), quando a autora afirma que é nesse rural entendido como um espaço físico diferenciado, que é um lugar de vida, um lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional), que um conjunto de sujeitos sociais, identificados por uma vivência geracional, vai (re)definindo trajetórias e consolidando projetos emancipatórios de transformação social, de valores e ambiental.

Fundamental para a manutenção da agricultura familiar, a sucessão rural consiste no repasse do poder e do patrimônio entre gerações, em que os pais paulatinamente vão entregando a gestão do estabelecimento e a formação profissional a um(a) novo(a) agricultor(a). A continuidade do processo sucessório na agricultura familiar implica, além da reprodução entre as gerações de um patrimônio material (particularmente da propriedade da terra), a transmissão de todo o conhecimento histórico e sociocultural. Nesse sentido, a sucessão geracional é entendida como um processo pelo qual é constituída uma nova geração de indivíduos que permanecem no campo, assumindo o comando do estabelecimento e dando continuidade às atividades profissionais paternas, sendo os filhos dos agricultores os possíveis sucessores. Mais importante que o instante específico em que se faz a transferência jurídica de bens é a gradual passagem de responsabilidades de uma geração para a outra, nesta “*unidade indissolúvel de geração de renda*” que é a agricultura familiar (CHAYANOV, 1925/1986 apud STROPASOLAS, 2011)

Por detrás da presença do sucessor, reside a continuidade do projeto coletivo familiar, a reprodução do estabelecimento e o nome da família (WOORTMANN,

1995). A agricultura familiar é gerida por uma lógica organizacional que leva em conta a diversificação das atividades produtivas e as tecnologias apropriadas às suas condições. O agricultor é gestor e ao mesmo tempo proprietário dos meios de produção. A lógica familiar, nesse sentido, busca uma produção que atenta às necessidades familiares, segundo padrões definidos por um projeto de vida, que, nesse caso, se constitui um projeto coletivo e individual ao mesmo tempo.

Nesse contexto, pode-se compreender a perpetuação, entre os jovens rurais, de uma relação peculiar com a natureza, identificando na sucessão rural também a sucessão de uma coexistência com o meio natural, em que se depreende a compreensão intrínseca da necessidade de proteção e preservação dos recursos naturais, levando em conta sua finitude e o direito das próximas gerações de desfrutar da natureza e da qualidade de vida, saúde e condições de perpetuação desse estilo de vida.

Ao analisar pesquisa nacional sobre o perfil da juventude brasileira, Carneiro (2008) afirma que as conclusões a que chegaram os pesquisadores vêm desnaturalizar, de certa forma, imagens correntes em nossa sociedade, que atribuem aos grupos juvenis um caráter individualista e egoísta. A autora conclui que os jovens se preocupam com problemas coletivos, que afetam o conjunto da sociedade, e, esses problemas podem, em algumas circunstâncias, tomar pesos maiores que as realizações pessoais, na construção de uma sociedade ideal.

Nesse sentido:

A novidade apontada pela pesquisa no que diz respeito às questões relativas à cidadania é observada na questão sobre os valores mais importantes quando se pensa uma sociedade ideal. A ênfase dada ao respeito ao meio ambiente pelos jovens rurais (...) sugere uma consciência ecológica mais expressiva entre os jovens do campo, do que entre os moradores da cidade. A 'igualdade de oportunidades' e a 'solidariedade' são igualmente citadas (...) o que nos chama atenção para a existência de valores relacionados à noção de cidadania entre esses jovens. Talvez essa tenha sido uma das revelações mais importantes da pesquisa, mostrando um universo de valores que contrasta tanto com o estereótipo do jovem como 'individualista' e 'descomprometido com os problemas sociais' (e nacionais), quanto com a imagem, geralmente associada aos habitantes do campo, de 'atrasados', 'ignorantes' e voltados para seus interesses próprios. (CARNEIRO, 2008, p. 258).

## 2.6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A CIDADANIA AMBIENTAL

A educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. Trata-se de construir uma cultura ecológica que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas — seja nas decisões governamentais, seja nas ações da sociedade civil — de forma separada, independente ou autônoma (CARVALHO, 2004).

Considerando a ética da sustentabilidade e os pressupostos da cidadania, a política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum. Sua origem está nas demandas provenientes de diversos sistemas (mundial, nacional, estadual, municipal) e seus subsistemas políticos, sociais e econômicos, nos quais as questões que afetam a sociedade se tornam públicas e formam correntes de opinião com pautas a serem debatidas em fóruns específicos.

O meio ambiente como política pública, não pontual, no Brasil, surge após a Conferência de Estocolmo, em 1972, quando, devido às iniciativas das Nações Unidas em inserir o tema nas agendas dos governos, foi criada a SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente) ligada à Presidência da República. Mas apenas após a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, em 1977, a educação ambiental foi introduzida como estratégia para conduzir a sustentabilidade ambiental e social do planeta.

De acordo com Sorrentino (2005), Indubitavelmente, a educação ambiental, no âmbito do Estado, enquadra-se naquilo que Bourdieu (1998) denomina “mão esquerda do Estado”, que reúne trabalhadores sociais, educadores, professores e cujas ações são ignoradas pela chamada “mão direita do Estado” (áreas de finanças, de planejamento, bancos). Ao operar na reparação dos danos sociais e ambientais da lógica de mercado, os sujeitos da “mão esquerda” podem, muitas

vezes, se sentir iludidos e desautorizados em função dos paradoxos vividos de forma crônica, como falta de recursos, luta pela biodiversidade convivendo com avanço das fronteiras agrícolas por monoculturas ou transgênicos, grandes obras com alto impacto, revisão de antigas conquistas etc.

Em lugar de imobilização lamentosa, temos a convicção de que ações educacionais participativas pela responsabilidade ambiental resultam no envolvimento e na organização de pessoas e grupos sociais nas lutas pela melhoria da qualidade de vida fundamentada em valores pós-materialistas, que questionam as necessidades materiais simbólicas de consumo e desvelam outras possibilidades de felicidade, alegria e vida (SORRENTINO 2005, p. 258).

A educação ambiental, portanto, insere-se como recurso fundamental à difusão desta nova prática de ocupação do território pelo homem, que venha a aliar o necessário desenvolvimento econômico e relações harmônicas e simbióticas entre o homem e a natureza.

### **3 MÉTODOS E TÉCNICAS**

O caminho metodológico utilizado foi a pesquisa do tipo qualitativa, com objetivo de Investigar o entendimento e a percepção dos jovens sucessores rurais quanto à relação entre agricultura e sustentabilidade. Segundo Minayo (1995 p. 21-22), a pesquisa qualitativa trabalha “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Para a coleta de dados, no presente estudo, foram usadas metodologias de pesquisa bibliográficas e pesquisa de campo com entrevistas não estruturadas. A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista narrativa. As informações foram obtidas com a utilização de questões geradoras que buscaram compreender a percepção e o entendimento dos jovens do meio rural acerca das questões ambientais.

A seleção dos entrevistados se dá “de acordo com determinado critério, [e] é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra. O investigador se dirige intencionalmente a grupos de elementos dos quais deseja

saber a opinião”. Procurou-se representar a diversidade da juventude rural abrangendo jovens entre 15 a 29 anos com interesse em dar continuidade ao estabelecimento rural, protagonistas em atividades produtivas diversificadas, sendo igual proporção entre jovens do sexo masculino e feminino. As falas foram gravadas com autorização dos entrevistados. Para análise do seu conteúdo, as entrevistas foram transcritas sem que se perdesse a qualidade das informações.

A pesquisa foi realizada com jovens de três comunidades do município de Teutônia, no Rio Grande do Sul. A Colônia de Teutônia foi criada oficialmente em 1858. Em 1878 a população era de 2.241 pessoas distribuídas em 386 famílias. Desde então, o atual município de Teutônia passou por um notório processo de desenvolvimento econômico e social, acelerado a partir de 24 de maio de 1981, com a emancipação política do município de Estrela. Teutônia era um município com características extremamente agrícolas, até cerca de três décadas atrás, quando, em função de sua localização estratégica, atraiu expressivo número de indústrias, especialmente do setor calçadista. Atualmente o município vive as consequências de uma mudança urbana acentuada; além da migração interna para a zona urbana, motivada pela oferta de empregos e saturação na agricultura familiar, ocorreu a migração de trabalhadores de outras regiões do estado e até de fora dele, que fixaram residência no município. Conforme o Estudo de Situação da EMATER/RS-ASCAR, A área rural permaneceu praticamente a mesma, porém com um significativo aumento da produtividade. A base da economia do município é a agropecuária, destacando-se a produção de leite, suínos e aves; a estrutura fundiária é caracterizada por pequenos estabelecimentos que utilizam a força de trabalho familiar. Segundo dados do Censo do IBGE, em 1991 a população do município era de 17.578 habitantes, dos quais 11.636 residiam na zona urbana e 5.942 no meio rural. Em 2000 a população era de 22.891 habitantes, onde 17.358 residiam na zona urbana e 5.533 na zona rural.

Em 2010, conforme dados do Censo do IBGE, a população era de aproximadamente 27.272 habitantes; 23.322 residem no meio urbano, e 3.950 no meio rural. Teutônia apresenta índices que indicam 884 idosos habitantes no meio rural e 2.430 no meio urbano; 1.631 adultos no meio rural e 9.961 no meio urbano; 580 crianças residem no meio rural e 4.635 no urbano; 854 jovens no meio rural e 6.122 no urbano. Dos 854 jovens do meio rural, 453 são do sexo masculino e 401 do sexo feminino. A população rural está estabilizada, enquanto a população urbana

vem aumentando significativamente, o que faz com que 85% da população resida no meio urbano. A evasão dos jovens do campo e o envelhecimento da população do meio rural são preocupações do setor agrícola.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 CONHECENDO OS JOVENS SUCESSORES**

Na realização da presente pesquisa contou-se com a participação de um total de quatro jovens, residentes em comunidades rurais de Teutônia, com idade entre 18 e 28 anos; as duas jovens moças estão cursando o ensino superior, e os dois jovens rapazes ainda não concluíram o Ensino Médio. A escolaridade não constituiu critério de escolha dos sujeitos. No entanto, julgou-se importante conhecer o perfil dos entrevistados quanto à escolaridade, uma vez que trataremos de educação ambiental formal, adquirida em ambiente escolar, referida por todos os jovens entrevistados.

Um dos jovens (J1) tem 18 anos e está estudando no turno da noite. Pretende apenas concluir o Ensino Médio; O outro jovem (J2) tem 28 anos, pretende concluir o Ensino Médio através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e imediatamente iniciar curso superior na área de desenvolvimento rural. Tratando-se das moças, uma delas (J3) tem 21 anos, cursa Engenharia Civil no período da noite. A outra moça (J4) tem 18 anos e está cursando Administração de Empresas.

Os quatro jovens são solteiros, residem e trabalham com a família, nas terras da família, com ampla participação na execução e gestão das atividades produtivas da unidade de produção familiar, acessando renda e participando da tomada de decisões. Apenas a Jovem 3 mora e trabalha com o namorado na propriedade da família dela.

Contemplar maior diversidade de atividades produtivas agrícolas foi um cuidado observado na escolha dos casos. Portanto, é pertinente uma maior explanação:

Jovem 1 - Atualmente a família faz algumas lavouras de milho e pequenas pastagens, pois teve que vender as vacas leiteiras para saldar dívidas. A mãe faz e

vende queijos coloniais e o pai comercializa hortaliças na feira do produtor rural do município. Além de auxiliar os pais nas atividades mencionadas, o jovem presta serviços de máquina e outros pequenos serviços para a vizinhança. Alega estar guardando dinheiro para refazer o plantel e retomar a atividade leiteira.

Jovem 3 – A família se dedica a bovinocultura de leite, ao cultivo de milho para silagem, pastagens perenes e itens de subsistência. A Jovem faz o controle de dieta e o controle reprodutivo do rebanho, compartilha as tarefas relacionadas à ordenha e sanidade do plantel.

Jovem 4 - Dedicar-se à criação de frangos de corte no sistema integrado para a Cooperativa Languiru na propriedade dos pais. É titular da atividade juntamente com o namorado. Também executa outras atividades na propriedade, especialmente o cultivo de alimentos para subsistência.

Jovem 2 - Após desistirem da bovinocultura leiteira, o jovem e sua irmã e sócia estão planejando e adequando a propriedade (licença de operação) para desenvolver a piscicultura e recria de terneiras. Atualmente cultivam milho e pastagens em algumas lavouras e mantém algumas cabeças de gado de corte.

#### 4.2 JUVENTUDE RURAL E A SUCESSÃO DO MEIO AMBIENTE: CONVERSANDO COM OS SUJEITOS

A conversa com os quatro jovens que foram escolhidos para dar suporte à argumentação desta pesquisa foi realizada em suas residências, individualmente, buscando-se informalidade para que se sentissem à vontade para exprimir suas impressões, seu conhecimento e opiniões sobre o assunto abordado.

Inicialmente buscou-se verificar qual o conceito/compreensão de meio ambiente e de natureza que norteia suas percepções. As respostas a essa questão contemplaram aspectos diferentes e importantes. Observamos em J1 e J3 o cuidado de referir-se ao meio ambiente como o todo que abriga as diferentes formas de vida e as relações entre elas, porém denotando conhecimento vago ou dificuldade de estabelecer-se entre os fatores do meio ambiente: “O meio ambiente é tudo, desde o solo, o ecossistema como um todo, como ele funciona.” (J1) “Tudo que envolve, plantas, fauna, flora...”(J3)

J4 verbaliza com clareza o entendimento do seu estar no meio, quando apresenta sua noção de meio ambiente: “Bom, meio ambiente prá mim então é o

lugar onde a gente vive, onde a gente planta, onde a gente colhe, então é o lugar também onde a gente tem que preservar.” Ao relacionar o conceito de meio ambiente com a utilidade e função que representa para ela, ou seja, para a sobrevivência da espécie humana, traduz uma percepção utilitarista, mas imbuída de um sentimento de responsabilidade no vivenciar essa relação com os demais elementos que lhe proporcionam a sobrevivência, uma relação simbiótica em que ela se considera um elo, uma parte do todo, e não o centro.

J2 apresenta seu conceito e entendimento acerca do meio ambiente sob uma perspectiva de conciliação entre os elementos e na relação homem/natureza, salientando a necessidade de preservação de espécies para a manutenção do equilíbrio: “Olha, eu percebo no meu ponto de vista sobre meio ambiente, que é um fator importante pra conciliar na questão de fauna, vegetação, animais, preservação de insetos que auxiliam nessa contribuição, e isso precisa de um equilíbrio, Percebo ao meu ponto de vista, dessa forma”.

Com o propósito de verificar seu entendimento e a apropriação com que utilizam conceitos importantes relacionados ao tema em estudo, questionou-se os quatro jovens sobre o conceito de sustentabilidade ambiental; percebeu-se que, mesmo com dificuldades de elaborar teoricamente o conceito, todos eles têm noção e entendimento sobre as implicações práticas de sustentabilidade, e que, muito provavelmente, observem os seus preceitos em suas atividades cotidianas.

[...] o que tu tira do meio ambiente, vamos dizer, se tu extrai algum produto, alguma matéria prima, mas tu devolve de novo de alguma forma, vamos dizer, um alimento que tu pega, tu devolve ele de forma orgânica, e não utilizar muito plástico, isso também entra na parte de sustentabilidade, usar a água, os recursos de maneira mais consciente, energia, [...] energia solar, é melhor, uma energia mais limpa, reutilização da água da calha da chuva, fazer a captação e depois reutilizar para não retirar dos nossos lençóis freáticos [...]. Ter mais consciência [...] quando a gente vai no mercado, a gente pega um monte de sacolinha, por que não levar uma sacola de pano , isso ajuda o meio ambiente, né (J1).

No meu ponto de vista, de conhecimento técnico entendo pouco sobre isso, mas no dia-a-dia a questão da sustentabilidade ambiental é importante justamente por este contexto do equilíbrio e essas variedades de cultura, do ambiente proporcionar esse equilíbrio climático através da sustentabilidade. (J2)

Ressalta-se a menção às gerações futuras, na fala de J4, denotando uma visão que vai ao encontro do direito intergeracional, reconhecendo o compromisso da agricultura com a busca de práticas sustentáveis. “Sustentabilidade pra mim é a forma de como tu sustenta um sistema ou uma produção, de modo que não agrida o meio ambiente e mesmo as gerações futuras que vão vir.”

A finitude e o limite dos recursos naturais ainda não estão totalmente assimilados e compreendidos pelas pessoas ao redor do mundo. Pela total falta de acesso à informação, pela impossibilidade de compreensão e assimilação das informações recebidas, por questões culturais muito arraigadas, algumas pessoas não são capazes de compreender que certas práticas podem levar à destruição de diversos recursos naturais essenciais para a continuidade e qualidade da vida sobre a terra.

Os jovens entrevistados demonstraram ter compreensão da finitude dos recursos naturais, e da responsabilidade que o ser humano tem sobre esse processo: “Talvez vão surgir novas formas de substituição, vamos dizer que já tão surgindo, né. Mas não como hoje são, que nem a água vai acabar, se a gente não usar da forma correta, um dia acaba, né”. (J1) “eu acredito que sim, por que do jeito que as pessoas estão agindo sem cuidar e preservar do meio ambiente eu acredito que um dia chegue a terminar, sim.” (J4).

Olha, eu acredito que sim porque hoje a gente vê em grandes estados, regiões onde não há esse equilíbrio entre consumo e preservação e isso vem afetando todos, tanto na parte de água, solos, bastantes erosões que estão acontecendo pelo fato de não haver a preservação de uma forma adequada. Então, penso que futuramente pode afetar bastante coisa (J2).

Ao falarem sobre o papel do agricultor na preservação ambiental, os jovens mostraram conhecimento prático e segurança. Na fala de J1 percebe-se diversos aspectos práticos do dia-a-dia da agricultura familiar, na busca de atender exigências legais, mas demonstrando conhecimento e interesse que transpõem as questões meramente legais:

Com as matas, preservação de matas nativas, ter uma área, nascente, cuidados com os solos, utilização de muitos fertilizantes com o solo também vai contaminar então ter ali um cuidado especial, eu acho. De maneira geral seria isso, seria o principal cuidar também com a destinação, eu vejo que nós aqui, agricultores, que nem, o uso do veneno também em excessivo,

muitos usam demais, isso também acaba contaminando o solo e prejudicando todo o sistema (J1).

J2 reforça o compromisso e o potencial da agricultura familiar com o meio ambiente e com as futuras gerações. Com muita maturidade, traz para a discussão a crítica ao modelo produtivista que desconsidera as condições ambientais, a capacidade regenerativa dos recursos:

No meu ponto de vista, é preciso ter essa consciência, o papel do agricultor é justamente isso. Ter essa consciência e fazer esse tipo de preservação. Pensando isso a longo prazo, para as próximas gerações. Hoje nos preocupamos muito em maximizar e otimizar cada vez mais espaço que temos para produzir, mas muitos se esquecem que a produção vem através de um equilíbrio, (...). Então penso que devemos ter uma maior consciência sobre isso e não só pensando em agregar valor, sobre a área que muitos podem desmatar pra pensar em produzir mais. É preciso ter um equilíbrio pra continuar como um todo produzindo.

Sobre a questão da agregação de valor nas atividades agrícolas, percebe-se, na fala citada acima, a visão crítica com relação a um modelo agrícola mais predatório, que possa gerar desequilíbrio ambiental.

Na formação da agricultura sustentável a busca por “maior eficiência dos sistemas de produção agrícola deve ser compatível e coerente com cada realidade ecológica” (COSTA, 1993). Faz-se necessária a utilização mais eficaz dos recursos naturais para que estes não sejam degradados em médio e longo prazos.

Quando questionados sobre a viabilidade da geração de renda agrícola sem danos ambientais, todos os jovens afirmaram acreditar que é possível e necessário, mas percebe-se insegurança sobre os meios concretos para isso.

Talvez nem toda a geração de renda seja totalmente preservável ou orgânica, mas eu acredito que sim, os dois tem que andar juntos para dar certo. [...] muitas pessoas põe na frente a geração de renda do que a parte sustentável ou de cuidado com o meio ambiente, mas eu acredito que os dois devem conciliar um ao outro [...] (J4).

“Eu acho que sim acho que é possível, claro que vai ter adequações. É mais uma questão de cultura, eu acho, mas acho que é possível, sim.” (J1)

Quando questionados sobre os impactos da Legislação Ambiental na atividade agrícola, todos sustentaram o entendimento de que ela seja uma ferramenta fundamental ao equilíbrio entre as atividades humanas e a preservação dos recursos naturais. J3 afirmou que sua família nunca teve dificuldades de adequação, enquanto J1 levantou a questão de uma possível inadequação da legislação à realidade da agricultura familiar: “algumas acho que são... são necessárias mas muitas vezes elas não ajudam o agricultor, muitas vezes elas são muito severas prá nós, podiam ser mais... não é mais banais [...]”. Mesmo assim, considera que muitas vezes a dificuldade de adequação seja devida a fatores culturais, que podem e devem ser revistas para que a legislação cumpra o seu papel. “muitas vezes, a gente tá inserido [...] em uma cultura que se usa, se esbanja demais, e aí quando vem [...] essas novas leis a gente muitas vezes: ah, não isso não vai dar certo, isso não funciona, mas, péra aí, tu já tentou mudar, já tentou fazer de outro jeito, então a gente tem que também rever a nossa maneira, o nosso costume, a gente tá tão no automático que a gente não percebe que pode ter outra saída.”

De acordo com Klein e Ross (2011), no Rio Grande do Sul existem questões de ordem prática, culturais, éticas, legais, sócio-econômicas, entre outras que dificultam a compreensão e conseqüentemente a adequação das propriedades às legislações ambientais vigentes. Prevalece um pensamento nebuloso e fragmentado, com a falta de clareza e conhecimento das reais exigências e possibilidades envolvidas nos processos de adequação ambiental das propriedades da Agricultura Familiar.

J2 também afirma que a adequação da atividade rural à legislação depende, em muitos casos, da tomada de consciência e modificação de posturas por parte das pessoas, e, mais uma vez, demonstra preocupação a longo prazo e o apoio às ferramentas legais para a garantia de futuro.

“[...] então vejo que essa questão de legislação é justamente pra trabalhar a consciência disso, pensando no futuro, a longo prazo. Então vejo isso como uma forma positiva”.

De acordo com Diegues e Arruda, (2001), o conhecimento tradicional pode ser entendido como um conjunto de saberes a respeito do mundo natural e

sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração, o qual necessita ser interpretado dentro do contexto cultural em que é gerado. Um dos objetivos dessa pesquisa foi identificar, entre os jovens rurais, indícios de sucessão de valores e conhecimentos acerca da relação com o meio ambiente preservados e perpetuados no seio das famílias. Para isso, questionou-se os jovens se, na aprendizagem das atividades desempenhas na propriedade desde a infância receberam também da família ensinamentos sobre ecologia, preservação ambiental, respeito à natureza.

As respostas apresentam relatos e exemplos bastante ricos da existência de uma transmissão intergeracional de saberes e práticas sustentáveis, como em J1: “Sim, cuidar das erosões, nascentes de água, não derrubar árvores. Esterco não pode correr no bueiro. Sempre foi muito presente e até hoje isso é feio. Plantar mais árvores, pastagens permanentes.” O plantio de árvores, preservação de espécies nativas, a proteção de nascentes e fontes, foram elementos mencionados pelos jovens.

J4 Reforça a importância da transmissão de saberes e costumes voltados para a segurança e soberania alimentar, um mérito inquestionável do modelo de agricultura do qual fazem parte.

“Bom eu acredito que desde muito cedo a gente foi sempre aprendendo a plantar as coisas mesmo em casa pra colher tudo natural, não comprar o que tá no mercado, que geralmente tudo que tá no mercado tem agrotóxico, tem um veneno, tem alguma coisa [...]. Também aprendi a fazer sempre as composteiras, e jogar os restos para depois aproveitar como adubo, [...] a questão de capinar em vez de passar veneno pra colher as coisas.”

J4 também trouxe o exemplo de como concilia esse conhecimento adquirido com as atividades produtivas geradoras de renda da propriedade:

“Bom, assim, como a gente cria frangos, a gente também realiza a compostagem dos frangos mortos, a gente põe todos numa composteira, também no lugar de usar adubos na roça, no milho é usado esterco de frango, ou de porco, ou de gado leiteiro [...]”.

Ao refletir sobre a questão proposta, J4 revelou que a transmissão de saberes por parte de sua família reproduziu uma relação mais utilitarista e predatória para com o meio ambiente:

“Olha, eu confesso que por parte de aprendizagem de família se ouviu muito pouco, sempre se teve um olhar mais voltado para produzir, gerar renda e alimentar as pessoas, mas não se tinha esse conceito, esse conhecimento da importância da preservação. Na minha época, desde a infância até hoje, [...] tive que aprender olhar com o meu ponto de vista e enxergando isso pelo que os estudos nos mostram e comprovam. Então dentro da minha família nunca se teve muito disso. Se pensava pouco nisso tanto que algumas vezes isso causava alguns danos ao meio ambiente que a gente não tinha muito consciência a respeito disso e aos impactos que isso tem gerado, inclusive dentro de uma pequena área nossa.

Nessa fala, é possível visualizar o agravamento de um problema que se instalou algumas décadas atrás, com a difusão de um modelo desenvolvimentista para a agricultura familiar. Os resultados foram bastante negativos para o meio ambiente e para muitas famílias rurais, que, entre outras consequências danosas, perderam um importante elo com a natureza, desvinculando-se de algumas práticas de manejo sustentável e de outras características do modelo familiar.

O caso acima representa a importância de ações que venham a desfazer as distorções provocadas por modelos de desenvolvimento insustentáveis, buscando promover uma nova racionalidade ética nas relações homem – natureza. O sucesso obtido nos processos educativos, formais ou informais, voltados para as questões ambientais, à cidadania e sustentabilidade, fica evidente quando observado o depoimento desse jovem, que, distanciando-se da visão e prática de agricultura que testemunhou na infância, atualmente busca adequar-se a um modelo com maior equilíbrio entre produtividade e conservação dos recursos naturais.

Para entender melhor a importância desses processos educativos na formação e desenvolvimento da consciência ecológica entre a juventude, mais especificamente a juventude rural, perguntou-se aos quatro jovens quais as fontes de educação ambiental às quais tiveram acesso, e que lhes oportunizaram aprofundar o conhecimento sobre o meio ambiente e os sistemas naturais. O grupo foi unânime ao apontar a escola como principal espaço em que lhes foi oportunizada a aquisição de conhecimento sobre as questões ambientais. “Primeiramente, pela escola. Foi onde que eu comecei a enxergar isso. Segundo passo foi em questão de trabalhos em palestras, em coisas que eu via um aprendizado. Na busca também de cursos, cooperativas, empresas.” (J2). “[...] eu acredito que quem, onde mais me influenciou até agora foi realmente a escola, que a gente sempre teve muitos projetos e várias coisas sobre preservação e meio ambiente.” (J4). “Ah, eu me

lembro da época de escola, que a gente fazia, que nem aquelas campanhas de juntar óleo, de lixo, separação correta.” (J1). “Tive na escola, tinha palestras.”

A educação ambiental, por não estar presa a uma grade curricular rígida, pode ampliar conhecimentos em uma diversidade de dimensões, sempre com foco na sustentabilidade ambiental local e do planeta, aprendendo com as culturas tradicionais, estudando a dimensão da ciência, abrindo janelas para a participação em políticas públicas de meio ambiente e para a produção do conhecimento no âmbito da escola (SORRENTINO, 2005). A educação ambiental em escolas rurais é enriquecida pela troca de conhecimentos e experiências concretas, e tem importância fundamental na mediação entre o conhecimento popular, tradicional, os saberes práticos transmitidos entre as gerações nas famílias, e o conhecimento científico.

Jacobi (2013, apud MARQUES 2010) destaca que “a preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades” JACOBI (2003, apud Marques, 2010). Para Marques (2010), essa mudança é possível através da Educação Ambiental, pois é o espaço em que desperta nos sujeitos uma vontade concreta de transformar sua realidade e desconstruir para construir outro cenário a partir de atitudes e comportamentos individuais.

Na mesma discussão, ficou evidente também a importância das ações de outras entidades, que apresentaram temas mais voltados para a agricultura, manejo dos recursos naturais, agroecologia, entre outros. “Prática agrícola vai ser de manuseio ideal do solo, aquelas coisas de passar grade, não passar, que vai né, movimentar ali, vai atrapalhar, mas daí foi da parte da extensão (extensão rural), das práticas com o solo, de manejo com o solo.” (J1). “E até então no curso que a gente tá participando sobre sucessão familiar também a gente já teve bastante incentivo sobre tentar produzir até para a (Cooperativa) Languiru, né, produtos que sejam orgânicos [...]” (J4). “[...] questão de trabalhos em palestras, em coisas que eu via um aprendizado. Na busca também de cursos, cooperativas, empresas. Na nossa região trabalham muito isso, em desenvolver esse conhecimento e levar a importância disso para as pessoas” (J3). Nessa última fala, mais uma informação importante sobre a oferta de cursos e atividades formativas voltadas para a sustentabilidade nos sistemas produtivos. A marcante presença, na região, das

Cooperativas e dos Sistemas de Produção Integrados, confere à agricultura local uma maior segurança sob o ponto de vista não apenas de renda, mas de assistência técnica, de capacitação para a busca de alternativas (as cooperativas precisam cobrar dos produtores a adequação à legislação ambiental). Além disso, na região também é bastante expressiva a atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que, através da extensão rural, sensibiliza, incentiva e capacita as famílias para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis.

Para finalizar a entrevista, questionou-se aos quatro sujeitos quais as dificuldades para um jovem se manter na agricultura familiar nos dias de hoje, e quais as vantagens e benefícios desse estilo de vida.

As respostas denotam a preocupação com a instabilidade inerente à atividade agrícola, agravada pela falta de incentivos e políticas públicas voltadas para a juventude rural, como diz J4:

[...] a questão de que todo produto que tu precisa comprar é muito caro, altos impostos, e o que tu tem pra vender não é valorizado, geralmente, e tu ganha uma mixaria, [...] pelo serviço que tu tem, pelo tempo que tu tem aplicado, pelo dia de sol ou dia de chuva que tu tem que trabalhar igual, eu acho que é pouco valorizado teu serviço no interior. E também pela grande quantidade de que o município enfim, o governo recebe do nosso imposto que a gente paga sobre cada frango, sobre cada litro de leite enfim, eu acho que eles poderiam nos dar muito mais [...].

Nessa mesma perspectiva, J2 afirma:

Hoje em dia a dificuldade de se manter na agricultura [...] justamente é conseguir atribuir receita sustentável ao trabalho. Então como existe uma sazonalidade muito grande de preços e custos e receita a receber como produtor, não tem como trabalhar seu custo final, colocar o preço do seu produto pra aparecer no mercado. Então primeiro tu planta pra daqui a cinco ou seis meses colher sem saber qual o preço que tu vai receber isso, então tu não consegue trabalhar numa margem que te dê segurança e equilíbrio nisso [...].

A dificuldade de fazer sucessão foi apontada pelo jovem J2, que atribuiu o problema ao perfil de algumas famílias em que os pais são autoritários e centralizadores ao extremo:

“Outra questão é a sucessão familiar. Não se tem um conceito de trabalhar isso. Os pais são muito dominantes a mudança, que faz o jovem avançar e buscar outras alternativas por não ter a liberdade nas coisas, na tomada de algumas decisões.

Como vantagens da vida na propriedade familiar, os jovens apontaram a proximidade da família, a flexibilidade de horários, o contato com a natureza:

[...] mesmo que assim, tenha que trabalhar de domingo a domingo, mas e daí? Tu tem o teu horário livre durante o dia, que tu pode te organizar,[...] muitas vezes eu mesmo eu mesmo via “ Ah, isso aqui não é um trabalho” , é um lazer... isso é um preconceito nosso, porque é um trabalho sim trabalha igual, tu ganha igual, é importante o que tu faz, e aí, ficando aqui, é uma coisa que tu gosta de fazer, então não tem por que tu deixar de seguir a agricultura. Te dando bem tu fica, [...] com a família, claro que é um negócio como qualquer outro, mas [...] eu acho que ainda é fazer aquilo que tu gosta, e aí tu consegue te manter (J1).

Tu se torna um gestor de ti mesmo, da tua própria atividade, diferente de um trabalho de terceiros, uma empresa, por exemplo. No meu ponto vista, a questão da liberdade. Outro ponto importante é que o agricultor tem muito aprendizado. No dia-a-dia do agricultor, por ele ser *médico, veterinário, pai de família, psicólogo, motorista, mecânico*, diversas profissões que agregam ao agricultor no dia-a-dia, faz com que ele se torne um empreendedor em diversas áreas, [...] diferente de algum outro setor muitas vezes. Então eu percebo que isso é uma coisa bacana do agricultor, de ser produtor. Outra coisa importante é escolher trabalhar no que tu quer, no que tu gosta. Pra ser produtor tu precisa gostar, se não, ninguém fica, são 365 dias por ano. Então é uma questão que muitas vezes depende da atividade te obriga, não te oportuniza férias (J4).

Observou-se que a satisfação pessoal é um desejo presente entre os jovens sucessores, que relacionam sua realização enquanto agricultores com fatores como qualidade de vida, convivência próxima com a família, liberdade de organização da rotina, convívio com a natureza.

Em tempos de acesso irrestrito aos meios de comunicação e mídias sociais, não se percebem diferenças significativas entre os jovens rurais e urbanos. Os sonhos, as motivações, expectativas, visão de mundo, as configurações das relações sociais e familiares, em ambos, são muito semelhantes.

Os quatro jovens optaram pela agricultura como estilo de vida, mas conscientes de estar desempenhando uma profissão, que requer conhecimento, dedicação, busca por aperfeiçoamento, organização e gestão; diante disso, esperam ser reconhecidos e valorizados. O reconhecimento diz respeito ao papel fundamental que ocupam na sociedade, e aos seus direitos enquanto trabalhador de uma categoria profissional como todas as demais. A valorização que desejam e

necessitam poder se manifestar, segundo eles, através de incentivos, políticas públicas que lhes possibilitem condições de renda mais estáveis e previsíveis.

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa apresentada neste trabalho propôs a construção de um diálogo entre sucessão rural, sustentabilidade socioambiental e educação ambiental. Julgou-se adequado e pertinente incluir nesse diálogo os sujeitos e protagonistas desse processo, a juventude rural.

Os resultados obtidos levam a crer que os jovens rurais estudados, que atualmente protagonizam a agricultura familiar, através da sucessão na propriedade paterna, buscam um rural com estabilidade de renda, qualidade de vida, autonomia e poder de decisão, e valorização da profissão de agricultor. Percebem a necessidade da preservação ambiental e da adequação no manejo dos recursos naturais, nas atividades produtivas e demais ações realizadas na propriedade, à legislação ambiental, considerada por eles uma ferramenta fundamental para garantir o equilíbrio do meio ambiente.

Os jovens entrevistados demonstraram uma sensibilidade quanto à preservação ambiental enquanto garantia do direito das futuras gerações ao meio ambiente, e essa percepção está presente na execução das tarefas cotidianas da propriedade familiar, seu local de vida e de trabalho.

Ressalta-se a necessidade de aprofundamento dessas percepções através de estudos com maior abrangência, e que estes venham a subsidiar o planejamento de ações mais efetivas de educação ambiental voltada para o desenvolvimento rural. Nesse sentido, passou-se a vislumbrar como meta uma educação ambiental para a sustentabilidade socioambiental recuperando o significado do ecodesenvolvimento como um processo de transformação do meio natural que, por meio de técnicas apropriadas, impede desperdícios e realça as potencialidades deste meio, cuidando da satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. A educação ambiental insere-se, nesse contexto, orientada por uma racionalidade ambiental, transdisciplinar, pensando o meio ambiente não como sinônimo de natureza, mas

uma base de interações entre o meio físico-biológico com as sociedades e a cultura produzida pelos seus membros.

Portanto, pode-se concluir que as novas gerações de agricultores e agricultoras familiares refletem, em suas práticas e estilo de vida, as influências, ensinamentos e a cultura que lhes foram transmitidas no processo sucessório. No entanto, estão abertos e suscetíveis à busca por informação e conhecimento para reinventar as suas práticas quando a mudança for necessária. A educação ambiental revelou-se, nesta pesquisa, como a peça fundamental na mediação entre a tradição e a ciência no meio rural.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.
- ARTIGAS, Priscila Santos. **O acidente da Samarco e a sociedade de risco**. O Estado de São Paulo, 12 de novembro de 2015/ 15h 50.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2011. 383 p
- BOURDIEU, P. **Contrafogos**– Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Editora Marco Zero: São Paulo, 1983.
- BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: ed. da UFPR. 1999.
- BRASIL, **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- BRASIL. **Do meio ambiente**: artigo 225. In: \_\_\_\_\_.Constituição Federal de 1988. Brasília, DF, 1988. Cap.6
- CAPORAL, F. R. **Sobre Extensão Rural, Desenvolvimento Rural Sustentável; e os Riscos de (des) Integração Interinstitucional: aporte para o debate sobre a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER – RS, 1997. 29p.
- CARNEIRO, MARIA JOSÉ . **O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: SILVA, Francisco C; SANTOS, Raimundo; COSTA, Flavio de C., (org) Mundo Rural e Política : ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1999.p. 97-117.
- CARVALHO, Isabel Cristina. **Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea**. In: NOVAES, Regina. VANNUCHI, Paulo. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.53-74, 2004.
- COSTA, M. P. B. Agroecologia: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar, Reforma Agrária 23(1): 53-69, jan/abr. 1993.
- Constanza, R. (Editor), 1991. Ecological Economics: The Science and Management of Sustainability. Columbia University Press, New York, NY**

Estudo de Situação do Município de Teutônia 2013, EMATER/RS-ASCAR. EMATER. **Dados IBGE 2010, elaboração: NIP/GPL-Emater/RS-Ascar.** ASCAR, Porto Alegre, RS, 2010.

FELDENS, L. P. **A dimensão ecológica da pequena propriedade no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Secretaria de Agricultura e Abastecimento Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1989. 154 p

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. FERNANDEZ, B. P. M. **Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica...em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional?** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 23, p. 109-120, jan./jun. 2011. Editora UFPR

GAUER, Ruth Maria Chittó. Conhecimento e aceleração (mito, verdade e tempo). *In: A Qualidade do Tempo: Para Além das Aparências Históricas: História, Direito, Filosofia, Psiquiatria, Antropologia, Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 1-16.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIONGO, Rafaela Luiza Pontalti: **Direito ao Meio Ambiente e Qualidade de Vida: Reflexões para uma Sociedade Humana e Ecologicamente Viável.** Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.7 n.13/14 p.75-100. Janeiro/Dezembro de 2010

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas .** Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUIVANT, Julia S. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. **Qualidade de vida e riscos ambientais.** Niterói: Editora da UFF, p. 281-303, 2000.

HAUWERMEIREN, S. V. **Manual de economia ecológica.** Santiago: Rosa Moreno, 1998.

HILLESHEIM, Luis Pedro. NEVES, Ana Paula. SILVA, Vagner Lopes. Juventude da agricultura familiar e agroecologia: para onde vão. *In: DICKMANN, Ivo. DICKMANN, Ivano. Juventude da agricultura familiar: agentes de desenvolvimento local.* Veranópolis: HABESOL, 2009. p. 97-105.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade..** ET al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA p

JONAS, H. **Das Prinzip Verantwortung. Versuch einer Ethik für das technologische Zivilisation.** Frankfurt: Harenburg Verlag, 1979.

JUNGES, José Roque. **Ética Ambiental.** São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

KLEIN Marcelo André ; ROSA, Marcelo Barcellos. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. v(4), n°4, p. 453 - 468, 2011. REGET-CT/UFMS (e-ISSN: 2236-1170)

KLEIN, Marcelo André- **Adequação de Propriedades de Agricultores Familiares à Legislação Ambiental: A Educação Ambiental como Mitigadora do Processo**

2011-06-29 in: KLEIN & ROSA, v(4), nº4, p. 453 - 468, 2011. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental **REGET-CT/UFSM (e-ISSN: 2236-1170)**.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MALLMAN, Luciana. ECKHARDT, Rafael. REMPEL, Claudete. **Análise da Sustentabilidade Ambiental e Econômica de Pequena Propriedade Rural do RS**. Estudo & Debate, Lajeado, v. 20, n. 1, p. 7-20, 2013. Issn 1983-036x. Acesso outubro 2018.

MARQUES, Clarissa. **Meio Ambiente, Solidariedade e Futuras Gerações**. Revista do Programa de Pós Graduação em Direito da UFC, dez. 2012

MIKKELSEN, Robert. **Ano internacional dos solos – Edição especial**. In: Informações Agrônomicas, nº 150. Junho/2015, pág 1.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

NEUMANN, Pedro Selvino. LOCH, Carlos. **Legislação Ambiental, esenvolvimento Rural e Práticas Agrícolas Ciência Rural**, Santa Maria, v.32, n.2, p.243-249, 2002

PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. Las Geraciones de Derechos Humanos. In: **Revista del Centro de Estudios Constitucionales**, n.10, sept./dic. 1991,p. 203-17.

ROCHA, Julio Cesar de Sá. **Direito Ambiental e Meio Ambiente do Trabalho: Dano, Prevenção e Proteção Jurídica**. São Paulo: LTr, 1997.

ROMERO, G.; MASKREY, A. Como entender los desastres naturales. In: MASKREY, A. (Org.). **Los Desastres no son Naturales**. LaRED -Red de Estudios Sociales en Prevencion de Desastres en America Latina, 1993.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986

SILVA, José Nunes. **Juventudes Rurais e Agroecologia: um diálogo imprescindível**. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017, p 208 – 226.

SMOUTS, Marie-Claude. Le Développement Durable: Valeurs et Pratiques. In: SMOUTS, Marie-Claude. **Le Développement Durable. Lês Termes du Débat**. Paris: Armand Colin, 2008.

SORRENTINO, Marcos; et. al. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso 08/2018.

STROPASOLAS, V.L. **Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

VIEGAS, A. V. **Propriedade Rural Sustentável**. Curitiba: Marcelo Ribeiro, 2008. 23 p. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em: 27 out. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Juventude Rural: vida no campo e projeto para o futuro**. Recife: Editora da UFPE, 2013

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiante no Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

**ANEXO A – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS JOVENS E FAMÍLIAS**



## **ANEXO B – QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA COLETA DE DADOS**

1 – Qual a tua compreensão / entendimento de Meio Ambiente e natureza?

2 – O que você sabe/entende por sustentabilidade?

3- Você acredita que os recursos naturais podem acabar?

4 – Em sua opinião, qual é o papel do agricultor na preservação ambiental? O que você acha das restrições impostas pela legislação ambiental para a agricultura?

5 – Você acha possível, na agricultura, gerar renda sem prejudicar o meio-ambiente? Qual dos dois é mais importante?

6 – Na aprendizagem das atividades desempenhadas na propriedade recebidas desde a infância, houve, por parte da família, um cuidado em transmitir também valores de ecologia, preservação ambiental, respeito à natureza? De que forma?

7 – Você recebeu algum tipo de suporte em Educação Ambiental, seja na escola, extensão rural, gestores ambientais, cooperativa? Explique:

8 – Atualmente, quais os cuidados com os recursos naturais realizados por ti e tua família nas atividades da propriedade?

9– Quais as dificuldades para um jovem manter-se na agricultura, atualmente?

10 - Quais as vantagens e benefícios no estilo de vida agricultura familiar?